

NOS 85 ANOS DO ESTADO NOVO: A CONSOLIDAÇÃO DO AUTORITARISMO

En los 85 años del Estado Novo: la consolidación del autoritarismo
In the 85 years of the Estado Novo: the consolidation of authoritarianism

Marly de Almeida Gomes Vianna¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0067-9052>

Resumo:

Para entender a consolidação do autoritarismo no primeiro período Vargas é preciso entender o significado de liberalismo e democracia na Primeira República, e o papel dos agentes sociais que se destacaram em 1930. Em especial os militares e a classe operária, aqueles com permanente participação política desde a Proclamação da República (1889) e esta com destacado papel social. Foi a primeira vez na história do país que o movimento operário deixou de ser um caso de polícia.

Palavras-chave: Estado Novo; Getúlio Vargas; autoritarismo; movimento operário; ditadura democrática.

Resumen:

Para comprender la consolidación del autoritarismo, en el primer período de Vargas, es necesario comprender el significado del liberalismo y la democracia en la Primera República, y de los agentes sociales que se destacaron en 1930. Especialmente los militares y la clase obrera, aquellos con posiciones políticas permanentes y participación desde la Proclamación de la República (1889). Estos con un destacado protagonismo social. Era la primera vez en la historia del país que el movimiento obrero dejaba de ser un asunto policial.

Palabras clave: Estado Novo; Getúlio Vargas; autoritarismo; movimiento obrero; dictadura democrática.

Abstract:

To understand the consolidation of authoritarianism in the first Vargas period, it is necessary to understand the meaning of liberalism and democracy in the First Republic, besides the role of social agents that stood out in 1930, especially the military and the working class. Those, with permanent political participation since the Proclamation of the Republic (1889), and these, with an outstanding social role, ceased, for the first time in the country's history, to be a matter for the police.

Keywords: Estado Novo; Getúlio Vargas; authoritarianism; labor movement; democratic dictatorship.

¹ Professora de história aposentada da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar-São Carlos). E-mail: magvianna@uol.com.br.

Antecedentes

Já muito se escreveu sobre o Estado Novo em excelentes trabalhos, como os de Maria Luiza Tucci Carneiro (1999), Dulce Pandolfi (1987) e Ângela de Castro Gomes (2005). Pretendo aqui apenas levantar algumas questões, quando faz 85 anos da implantação da ditadura de 10 de novembro de 1937.

Não se pode falar do Estado Novo sem recuar até o movimento que ficou conhecido como Revolução de 1930. E, para isso, teremos que recuar de novo até a crise que esgotou as possibilidades de o país continuar baseando sua economia na monocultura do café, o que gerou uma crise econômica e a consequente crise política que abalou a hegemonia dos grandes cafeicultores paulistas.

O Brasil dos anos 1920 era um país agrário. A produção industrial já era considerável, embora fundamentalmente de bens de consumo (alimentos, tecidos, papel e papelão, vidro etc.) e encontrava-se em estreita dependência da economia cafeeira, o que levava a que as oligarquias do café mantivessem o comando político da nação, com um revezamento na Presidência da República dos dois maiores estados produtores: São Paulo e Minas Gerais, conhecido como o “pacto do café com leite”.

O desenvolvimento industrial, a diversificação da produção agrícola e a crise do café levaram ao esgotamento do velho esquema econômico e político da Primeira República. Cresciam as cidades, fazendo com que novos setores, típicos do processo de urbanização (profissionais liberais e estudantes, por exemplo), sem compromisso direto com as velhas oligarquias agrárias, passassem a participar da vida política. Aumentavam também o número de operários e as tentativas de se organizarem sindical e politicamente.

A diversificação da produção agrícola tornava economicamente importantes outros setores que, embora agrários ou agropecuários, não estavam vinculados ao esquema do café – como era o caso do Rio Grande do Sul – e que passavam a reivindicar espaço na direção política do país. Ficava cada vez mais evidente o esgotamento de uma economia baseada fundamentalmente na exportação de um só produto (o café), que perdia terreno no mercado internacional pela concorrência de outros países que passaram a produzi-lo. Os problemas no setor cafeeiro foram agravados com a quebra da bolsa de Nova York, que desencadeou a crise econômica mundial em outubro de 1929. De qualquer forma, o domínio absoluto do café chegara ao fim e sobrevivera até então pelas seguidas valorizações.

A economia do país dependia do café e a própria industrialização era fruto de investimentos gerados pelos lucros no setor cafeeiro. Como esses lucros eram altos, muitos capitais deslocavam-se para ele e começaram a surgir problemas econômicos, como o da superprodução, que era preciso resolver. A primeira tentativa nesse sentido foi organizada pelo governo paulista, no Convênio de Taubaté, que reuniu, em 1906, os principais estados produtores: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com o objetivo de tomar medidas que proibissem novas plantações, valorizassem o produto, aumentassem o consumo e regulassem o comércio. Para isso foi criada uma caixa de conversão, fixando o valor da moeda e contando com empréstimos externos para garantir o café a ser estocado.

De início, o governo central negou-se a participar do convênio e dos bancos estrangeiros. Apenas o Crédit Lioneis e o Deutcher Bank aceitaram conceder empréstimos, o que mudou, depois do sucesso da operação, com a entrada do banco Rothschild e do governo federal no plano de valorização. Houve uma segunda e uma terceira valorizações, em 1917-1920 e 1921-1924, que tiveram pleno êxito e prolongaram a economia exportadora do café, pelos motivos explicados, dialeticamente, nada menos que pelo senhor Delfim Neto:

Amparados pela ação brasileira e confiados nela, um grande número de países começou a desenvolver também sua cultura cafeeira. Em 1924 nossos concorrentes já produziam 7 milhões de sacas quando, desde o início do século, essa produção não passava de 4 milhões de sacas, em média.

O sistema, portanto, por maior que fosse seu bom êxito a curto prazo, continha em si uma contradição que o acabaria liquidando. Mantidos os preços altos, interna e externamente, a liquidação do sistema era uma questão de tempo, pois em breve haveria uma superprodução incontrolável (brasileira ou de nossos concorrentes), e seria impossível repetir-se a operação com bom êxito.

O que nem agricultores e nem governo perceberam foi que os mecanismos utilizados para as valorizações tinham dado certo porque tinha havido condições extremamente favoráveis:

Em 1906 a safra fora absolutamente excepcional e esgotara os cafeeiros. Além do mais, o plantio fora proibido. Dessa forma a produção não podia, materialmente, crescer, e a operação se resolveu porque o estoque acumulado poderia ser colocado nos anos seguintes.

Em 1917 a situação já era pior e sem a geada de 1918, que reduziu a 2/3 do normal a safra de 1918-19 e a 1/2 a de 1919-20, bem como o término da guerra, a operação teria fracassado.

Em 1921 a situação foi salva de novo pela redução das duas safras seguintes e pela rápida superação da crise mundial. Se não tivesse havido a queda da produção o sistema somente teria se sustentado à custa de uma tremenda inflação. As operações terminaram com bom êxito porque não havia possibilidade material de crescimento da produção dentro do curto prazo em que elas foram realizadas. (Delfim Neto, 1979, p. 83-84)

No plano político, em 1922 e 1924, os tenentes haviam se levantado contra a política oligárquica, exigindo o voto secreto sob o lema "Representação e Justiça", mas foram derrotados. A contestação à hegemonia das oligarquias do café manifestou-se com êxito por ocasião da sucessão presidencial de Washington Luís (1926-1930). Este, quebrando o pacto do café com leite, preteriu o candidato "natural" a sucessão presidencial, Antônio Carlos, que governava Minas Gerais, e insistiu na candidatura de outro paulista, Júlio Prestes.

A oposição organizou-se na Aliança Liberal – formada pelas oligarquias estaduais dissidentes: o Rio Grande do Sul, que se havia unificado politicamente, no Pacto das Pedras Altas, em 1923; Minas Gerais, cujo presidente fora preterido por Washington Luís e a Paraíba; pelo Partido Democrata Paulista (formado por um grupo que rompera, em 1926, com o Partido Republicano Paulista e aliara-se aos tenentes) e pelos próprios tenentes. A Aliança Liberal lançou a candidatura do gaúcho Getúlio Dorneles Vargas (tendo como vice o paraibano João Pessoa), e contou com o apoio entusiasmado de amplos setores de camadas médias urbanas e a simpatia das classes trabalhadoras. Vargas, que fora ministro da Fazenda de Washington Luís, era, na ocasião, presidente do seu Estado, o Rio Grande do Sul.²

Nas eleições de março de 1930, mais uma vez, o candidato do governo saiu vitorioso e o paulista Júlio Prestes foi eleito. Esse resultado levou o bloco da Aliança Liberal a articulações políticas que, com o papel decisivo dos tenentes, desembocaram no movimento armado de outubro daquele ano.

A Revolução de Outubro de 1930³ não transformou a estrutura econômica do país, o que, aliás, não era o objetivo dos políticos da Aliança Liberal: seu desejo era apenas dividir o poder político, quebrando a hegemonia dos grupos cafeicultores paulistas. A revolução provocou um remanejamento político no poder, sem afastar dele as velhas oligarquias e sem tocar na estrutura fundiária do país. As mudanças ocorridas com a Revolução de 1930 foram limitadas e o maior desenvolvimento industrial abriu caminho em meio a muitos interesses contraditórios, com destacado papel do Estado.

Os primeiros cinco anos da década de 1930 foram palco de intensas lutas políticas. A classe operária e os novos grupos burgueses, assim como os setores médios urbanos, queriam participar das mudanças no poder que ocorriam no período pós-revolucionário. Apresentavam suas plataformas, políticas e/ou reivindicativas, propondo diferentes caminhos para alcançar seus objetivos.

A situação política internacional, com a ascensão do nazifascismo, levava à apologia dos governos fortes e o desprezo pela democracia liberal ganhava força no mundo. A queda da bolsa de Nova York provocara uma crise sem precedentes no sistema capitalista mundial, deixando claro que a livre concorrência não assegurava o funcionamento do sistema capitalista e havia necessidade da intervenção do estado na economia, o que tão bem teorizou *lord* John Maynard Keynes. Como o liberalismo na política estava associado ao liberalismo na economia, começou-se a pensar que o liberalismo político estava falido. O fascismo italiano e o nazismo alemão passaram a ser vistos com simpatia por muitos como regimes salvadores que, além de tomar as rédeas da economia para vencer a crise mundial, anulavam a ação do movimento operário, cuja simpatia pelo socialismo era evidente.

No Brasil, o nazifascismo teve inúmeros adeptos nos anos 1930. Os grupos de extrema direita já existentes no país juntaram-se quase todos na Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada a 7 de outubro de 1932, sob a liderança de Plínio Salgado. Os

² Durante a Primeira República os governadores dos Estados eram chamados de presidentes.

³ Utilizo o termo “revolução” pelo uso já tradicional que dele se faz. Na verdade, tratou-se de um movimento armado vitorioso que mudou as elites do poder e não de uma revolução.

integralistas, que receberam grande adesão, inclusive de militares, em especial da Marinha de Guerra, apoiavam o governo provisório de Getúlio,⁴ do qual queriam participar. O próprio presidente Vargas era, naquela época, se não um simpatizante do fascismo, abertamente contrário ao liberalismo e cercava-se de figuras conhecidas por suas posições de extrema direita, como os generais Góis Monteiro, João Gomes, Pantaleão Pessoa, Eurico Gaspar Dutra e o famigerado chefe de polícia, Filinto Strubing Müller. O tempo passava sem a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que levasse o país de volta à legalidade constitucional.

Nos primeiros anos do Governo Provisório, São Paulo foi o único estado a criar problemas para Getúlio. Em torno da palavra de ordem de volta à legalidade constitucional, o estado inteiro uniu-se para desencadear a Revolução Constitucionalista de 9 de julho de 1932. Apesar de ter sido militarmente derrotado, o movimento obrigou Vargas a convocar uma Assembleia Nacional Constituinte, que começou seus trabalhos a 15 de novembro de 1933. A 16 de julho de 1934 promulgou-se a nova Constituição e, no dia seguinte, Getúlio Vargas foi eleito presidente, pelo voto indireto da imensa maioria dos congressistas.

Se não se pode afirmar que o golpe de novembro de 1937, que instaurou o Estado Novo, foi consequência inexorável do movimento de 1930, penso que um projeto autoritário de governo era previsível (não inevitável) desde o início do movimento. Tal projeto tinha raízes na formação ideológica positivista e na prática política de Getúlio Vargas e dos políticos riograndenses que o apoiaram, todos seguidores da Constituição castilhistas⁵ do Rio Grande do Sul, positivista, conservadora e autoritária. Getúlio deixara clara sua opinião sobre o liberalismo quando declarou, na sessão de encerramento dos trabalhos da Assembleia Constituinte:

A Constituição enfraquece os elos da Federação; anula, em grande parte, a ação do Presidente da República, cerceando-lhe os meios imprescindíveis à manutenção da ordem e do desenvolvimento normal da administração; acoarçoa as Forças Armadas à prática do facciosismo partidário; subordina a coletividade, as massas proletárias e desprotegidas ao bel-prazer das empresas poderosas; coloca o indivíduo acima da comunhão. (Vargas, 1934)

Os anos de 1934 e 1935 foram de intensas lutas políticas. Em agosto de 1934, realizou-se, no Rio de Janeiro, o I Congresso nacional contra a guerra imperialista e o fascismo, reunindo cerca de 20 mil pessoas. A polícia atacou violentamente a reunião, deixando três mortos e muitos feridos. Em protesto, houve greve em vários pontos do país e as forças políticas que haviam organizado o Congresso começaram a se articular, formando, em março de 1935, a maior frente popular pela democracia que o Brasil já conheceu: a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

⁴ De 1930 a 1945 o governo Vargas teve três períodos. O primeiro, de outubro de 1930 a julho de 1934, foi chamado Governo Provisório ou Revolucionário; de julho de 1934 a novembro de 1937, Governo Constitucional e, de novembro de 1937 a outubro de 1945, ditadura do Estado Novo.

⁵ Júlio de Castilhos, positivista convicto, foi presidente do Rio Grande do Sul por dois mandatos e o principal redator da Constituição do Estado, em 1891.

A ANL foi organizada pelos tenentes que haviam apoiado o Movimento de 1930 e que, agora, estavam desiludidos com o governo, embora não com Getúlio Vargas. A ela se juntaram partidos políticos, sindicatos, organizações femininas, culturais, estudantis, numerosos profissionais liberais e muitos militares. O partido comunista mostrou-se reticente, declarando que apoiava a aliança, mas não se juntaria a ela, o que só aconteceria mais tarde.

A ANL foi lançada no dia 30 de março de 1935, num grande comício realizado no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro. Na ocasião, o então estudante comunista Carlos Lacerda propôs o nome de Luís Carlos Prestes para a presidência de honra da entidade, sugestão aceita com grande entusiasmo. Em menos de três meses e meio de vida, a ANL conseguiu organizar cerca de 1.500 núcleos em todo o Brasil; só no Rio de Janeiro havia mais de 50 mil aliancistas inscritos! Logo depois do lançamento da ANL, governo e integralistas se uniram para combatê-la e a 4 de abril foi promulgada a Lei de Segurança Nacional. A luta estava acirrada a tal ponto, que contemporâneos diziam que, em 1935, ou se era aliancista ou se era integralista.

O fato de inúmeros militares terem aderido à ANL assustou o governo, principalmente porque faziam questão de frisar seu caráter de revolucionários, continuadores de uma revolução começada com a revolta do Forte de Copacabana, a 5 de julho de 1922, que se estendeu por outros estados, pela rebelião paulista de 5 de julho de 1924, comandada por Isidoro Dias Lopes, pela Coluna Prestes-Miguel Costa (final de 1924, fevereiro de 1927) e pelo movimento de outubro de 1930.

As provocações do governo contra a ANL aumentavam. A 26 de junho de 1935, o jornal *O Globo*⁶ anunciou a “descoberta de um plano subversivo” para implantar no Brasil um regime soviético, dizendo que o plano chegara diretamente de Moscou. Segundo o jornal, a “revolução vermelha” iria ser desencadeada no Brasil, no Uruguai e na Argentina, e a ANL estaria implicada. O comandante da Marinha, Herculino Cascardo, presidente nacional da Aliança, ficou tão indignado com a provocação que desafiou o diretor do jornal *O Globo*, Roberto Marinho, para um duelo, que acabou não acontecendo.

Começaram a ser preparadas as comemorações em homenagem ao dia dos tenentes, o 5 de julho. Prestes, como presidente de honra da Aliança, e sem consultar sua direção – e nem mesmo a do Partido Comunista –, fez um discurso em que terminava por pedir “Todo o poder à ANL!”. Foi o pretexto usado por Vargas para fechar a organização, no dia 11 daquele mês.

Depois de fechada a Aliança, passaram a atuar nela principalmente os comunistas e os tenentes, inconformados com os rumos do governo Vargas que ajudaram decisivamente a instalar. Apesar da ordem para a rebelião ter sido dada por Prestes, foram eles que, principalmente, se levantaram no Rio de Janeiro, a 27 de novembro de 1935, no 3º Regimento de Infantaria e na Escola de Aviação Militar.

Três questões incomodavam Getúlio naquele ano, de 1935. A primeira era o medo de que os comunistas, em ampla frente na ANL com tenentes, profissionais

⁶

Disponível

em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=193019350626>. Acesso em: 10 out. 2023.

liberais e intelectuais de peso, pudessem apresentar um programa consistente de governo e de acordo com os interesses da classe operária, conseguindo mobilizá-la para a conquista do poder. A ANL dizia claramente em seus documentos que não almejava o poder, mas o movimento de massas que arregimentava só fazia crescer e Prestes lançara um manifesto “Por um governo popular, nacional, revolucionário”, que a direção da Aliança não encampara, mas também não rejeitara. Isso assustava o governo.

O segundo problema, o que mais preocupava Vargas, era a oposição que lhe faziam políticos paulistas e a aliança que se concretizava entre paulistas e gaúchos, que começavam a se opor a muitos dos ministros que cercavam Vargas. Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul e aliado de Vargas em 1930, exigiu que Getúlio demitisse o ministro da Justiça, Vicente Rao, o ministro da Guerra, João Gomes, e o chefe de polícia, Filinto Müller, ameaçando, caso não fosse atendido, unir-se às demais oposições ao governo e colocar toda a bancada gaúcha contra Vargas. Parecia que Getúlio não tinha saída, pois aumentavam, inclusive, os pedidos de impedimento do presidente. O desencadeamento dos levantes de 27 de novembro, no Rio de Janeiro, dera uma saída para Vargas, que usou exaustivamente o anticomunismo para unir em torno de seu governo os inimigos que se anunciavam.

A terceira questão é que a Constituição recém-promulgada estabelecia quatro anos de mandato para a Presidência, proibindo a reeleição, e Vargas não tinha a menor intenção de deixar o governo. Essa questão ele resolveu, apelando novamente para provocações anticomunistas, com a publicação do “Plano Cohen” e a decretação do Estado Novo, a 10 de novembro de 1937, regime que durou até sua deposição, a 29 de outubro de 1945.

O Estado Novo

Como já se viu, estavam esgotadas as possibilidades de manter uma economia baseada principalmente no café como único produto de exportação. Outros setores se fortaleciam e, empurrada pelas circunstâncias – pela própria diversificação da economia do país e a crescente urbanização – a indústria foi se fortalecendo sem, contudo, ter condições de se opor ao monopólio da terra.

Já ocupando um lugar periférico na divisão internacional do trabalho – por nossa inserção tardia e dependente no sistema capitalista mundial –, o não enfrentamento da indústria brasileira com o monopólio da terra impediu a realização (até os dias de hoje) da reforma agrária, primeiro passo das grandes revoluções burguesas. Esses fatos consolidaram no país um capitalismo autoritário, discriminador e brutalmente repressor das reivindicações da classe operária. Tínhamos, por um lado, a necessidade de acumulação de capital, dificultada pela dependência e pela não resolução do problema da terra; por outro lado, o projeto político autoritário de 1930. Tudo isso ajudou a consolidar, durante o Estado Novo, o autoritarismo no Brasil.

Nesse período e, de certa forma, sem planejamento, construiu-se uma indústria de base que, de fato, mudou qualitativamente a industrialização brasileira. Pode-se

especular se Getúlio Vargas tinha em mente um desenvolvimento econômico autárquico do capitalismo no país. Por isso, era preciso um Estado que

eliminasse os entraves à expansão econômica, um Estado tecnicamente eficaz, vale dizer, capaz de implementar diretrizes econômicas comprometidas com o fortalecimento do complexo urbano industrial, fornecendo à iniciativa privada o suporte necessário para a superação de suas próprias deficiências. (Diniz, 1978, p. 107)

O projeto autoritário do governo, que se consolidou em nome de avanços econômicos e da racionalização administrativa, supostamente elevaria o Brasil à esfera de grande potência, de um Estado moderno.

Getúlio conseguiu, ancorado na tradição escravista, discriminatória e autoritária do Brasil – e de seu estado, o Rio Grande do Sul – consolidar seu poder, promulgando leis que favoreciam a classe operária, ao mesmo tempo em que reprimia brutalmente os setores mais avançados dos trabalhadores, que pleiteavam um desenvolvimento com democracia e independente do Estado. Getúlio, com suas leis trabalhistas, cooptou um movimento operário lutador, mas carente de praticamente qualquer direito.

Estou de pleno acordo com a tese desenvolvida por Maria Luiza Tucci Carneiro (1999, p. 328) de que, com as derrotas da grande frente democrática de 1935, da ANL, e dos levantes armados de novembro daquele ano, que pretenderam levar ao poder a frente democrática, consolidou-se o autoritarismo no Brasil. A base da consolidação do autoritarismo foi o anticomunismo. Vargas já se aproveitara dos levantes de novembro de 1935 para fortalecer seu poder e intensificar a repressão. Antes do Estado Novo, em dezembro de 1935, fora criada a Comissão de Repressão ao Comunismo e, em setembro de 1936, o Tribunal de Segurança Nacional.

A perseguição não só aos comunistas, mas aos considerados simpatizantes, aos liberais e aos democratas foi brutal, desde o final de 1935. Na segunda metade de 1937, os comunistas que não foram mortos estavam presos ou dispersos e desorganizados. Vargas sabia disso. Seu grande problema não era o medo do comunismo, mas das eleições, marcadas para março de 1938 e que se aproximavam. O paulista Armando de Salles Oliveira, franco favorito à Presidência, estava longe de ser um democrata, mas disputava o poder dentro dos mecanismos liberais constitucionais. O problema é que Vargas não estava disposto a deixar o poder e, para manter-se nele, recorreu de novo ao anticomunismo.

Se os levantes de novembro de 1935 foram uma tragédia, o Plano Cohen foi uma das maiores farsas da história do Brasil. Já é demais conhecida a história do “plano”: fora encomendado pelos integralistas a um de seus membros, o então capitão Mourão Filho, que o datilografava no Ministério da Guerra. Quando seus superiores souberam, resolveram utilizá-lo como se fosse um maquiavélico plano dos comunistas – dirigidos por Moscou, é claro. Ninguém perguntou quem eram os tais comunistas, uma vez que estavam quase todos presos, perseguidos e dispersos.

A 30 de setembro de 1937, o “plano” foi publicado com grande estardalhaço e serviu de pretexto para o golpe do Estado Novo, a 10 de novembro daquele ano. Cabe

salientar, como prova de que já se tramava, desde muito, o golpe de Estado, que, naquele ano, as comemorações anticomunistas do aniversário da chamada "intentona", ao invés de se realizarem a 27 de novembro, foram antecipadas para 22 de setembro, uma semana antes da publicação do Plano Cohen, preparando terreno para a divulgação. Negrão de Lima, na ocasião, deputado federal por Minas Gerais, percorreu os estados como emissário do governo, buscando apoio ao plano de decretação do Estado Novo. Só não encontrou apoio em Pernambuco, governado por Carlos de Lima Cavalcanti e, na Bahia, que tinha no governo Juraci Magalhães – ambos tenentes e ex-interventores, afastados logo após a decretação do Estado de exceção.

Implantado o Estado Novo, Getúlio Vargas começou por proibir os partidos (estaduais) e as organizações políticas existentes, cuja fragilidade facilitou a empreitada. A rigor, só existiam no país dois partidos de âmbito nacional, o Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em março de 1922 (quase destruído depois de novembro de 1935), e a Ação Integralista Brasileira (AIB), que apoiou o golpe de 1937, oferecendo-se para participar do poder. Vargas dispensou a colaboração deles: era suficientemente forte para precisar de intermediários entre ele e a nação. A não inclusão dos integralistas no governo motivou sua adesão ao golpe de maio de 1938, contra Vargas, a meu ver, de caráter muito mais militar que integralista. (Vianna, 2018). Vargas tratou de liquidar também qualquer veleidade de autonomia estadual, cara ao federalismo liberal. Num ato representativo do novo poder ditatorial, promoveu cerimônia pública em que as bandeiras dos estados foram queimadas.

Para manter a imagem de grande estadista, pai dos pobres e construtor de uma nação moderna, Vargas utilizou não só a repressão violenta, mas um poderoso plano de propaganda. Para isso foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, que passou a controlar todos os meios de comunicação e manifestações culturais. Qualquer manifestação contra o ditador e/ou contra o regime era censurada.

Repressão violenta e cooptação demagógica foi o binômio que, sempre cimentado pelo anticomunismo, solidificou, no novo regime, o autoritarismo no Brasil.

Vargas e o movimento operário e sindical

O pensamento de Vargas, positivista e autoritário, encontrou bases teóricas não só em Augusto Comte e em seu fiel seguidor, o presidente do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, mas em autores nacionais. Especialmente em Oliveira Vianna, que teorizou uma "democracia autoritária", ou uma "ditadura democrática", porque, para ele, somente assim seria possível garantir a paz social, a única capaz de assegurar a verdadeira democracia. Esta deveria ser resultado da convivência pacífica e amigável entre todas as classes e camadas sociais e, sem um governo autoritário, que garantisse essa paz social, qualquer democracia seria impossível. O liberalismo, então vigente, seria a base para a anarquia e a luta entre as classes, o que impediria a verdadeira democracia e o desenvolvimento da nação.

Seguindo as ideias positivistas, caras a Getúlio, embora houvesse diferenças básicas entre os operários (pernas e braços, numa comparação biológica com o

organismo humano) e industriais e intelectuais (os cérebros), era preciso cuidar para que os proletários tivessem uma vida digna, sempre levando em conta as diferenças.

Há muita discussão em torno da relação entre Vargas e a classe operária, se a legislação trabalhista representou concessão do ditador ou conquista da classe. É evidente que a classe operária sempre lutou, e muito, pelos seus direitos e sempre pagou muito caro por isso, muitas vezes com a vida, mas com mínimo sucesso. A Lei de Férias, por exemplo, promulgada em 1927, além de suscitar debates grotescos na Câmara, afirmando que os operários, que trabalhavam com braços e pernas, não precisavam de descanso (só o trabalho cerebral o necessitava) e, caso o tivessem, iriam beber no boteco mais próximo de casa, não foi cumprida pelos patrões.

Já a legislação trabalhista do Estado Novo foi regulamentada e obedecida, dando aos operários uma série de benefícios, há muito pleiteados, e outros mais, que nem sequer ousaram reivindicar: regulamentação do salário mínimo, organização da Justiça do Trabalho, instituição do ensino profissional, criação de refeitórios nas empresas, jornada de oito horas de trabalho, direito de greve, regulamentação do horário de trabalho de mulheres e crianças, garantia de emprego depois de dez anos de trabalho na mesma empresa, e muitas outras vantagens.

As poucas leis trabalhistas que vinham da Primeira República, praticamente não eram cumpridas – como a já citada Lei de Férias, o Código de Menores e sobre acidentes de trabalho – e só foram regulamentadas no governo Vargas, que teve, muitas vezes, de enfrentar os patrões para fazê-las cumprir. Mas a classe operária pagou por essa legislação e o preço foi alto: a obediência aos ditames do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, criado logo depois da revolução, em novembro de 1930.

Pode-se contestar que, ao lado dos ganhos materiais, o Estado Novo reprimia brutalmente os opositores e combatia abertamente o liberalismo. Pura verdade. Mas cabe perguntar, qual o sentido do liberalismo da Primeira República para os operários? Qual o sentido de “democracia” para a maioria deles, com exceção do pequeno grupo politizado de socialistas, anarquistas e comunistas? Que vivência tiveram dela para reclamar, agora, de sua falta, quando recebiam vantagens materiais?

Uma outra questão é que o Vargas do Estado Novo trabalhou também no sentido de convencer os operários de que valorizava a dignidade do trabalho e do trabalhador – e isso, para eles, era inédito. Afirmava o ditador ter por objetivo “dar ao trabalhador [...] um padrão de vida compatível com a dignidade humana” (Vargas, 1938, p. 225)

Em discurso proferido a 1^o de maio de 1938, disse Vargas:

Nenhum governo, nos dias presentes, pode desempenhar a sua função sem satisfazer as justas aspirações das massas trabalhadoras. Podeis interrogar talvez: quais são as aspirações das massas obreiras, quais os seus interesses? E eu vos responderei: A ordem e o trabalho” [...] Ninguém pode viver sem trabalhar; e o operário não pode viver ganhando apenas o indispensável para não morrer de fome. (Vargas, 1938, p. 373-375)

Além de reconhecer direitos básicos que, naquele contrato (de trabalho – MV) assistem ao trabalhador, a legislação atual visa dar-lhes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, elevando-lhes o nível cultural, assegurando-lhe habitação condigna, cuidando da melhoria de sua alimentação, garantindo-lhe um salário vital e facultando-lhe participação efetiva nos negócios públicos, através de organizações sindicais (Vargas, 1938, p. 229)

Ângela de Castro Gomes (2005) tem razão quando enfatiza a valorização de Vargas do trabalho e do trabalhador, mesmo levando-se em conta seu aspecto propagandístico e demagógico. Essa valorização reflete-se, inclusive na música popular da época, como no caso do samba de Ciro Monteiro, *O Bonde São Januário*:

Quem trabalha é que tem razão, eu digo e não tenho medo de errar.
O bonde São Januário leva mais um operário, sou eu que vou trabalhar.
Antigamente eu não tinha juízo, mas resolvi garantir meu futuro; estou feliz e muito bem, a boemia não dá camisa a ninguém.

Para a ditadura de Getúlio Vargas o importante, em relação à classe operária, era que o governo lhe garantisse os direitos sociais e, com isso, a segurança e a esperada paz social. Uma vez garantida, não haveria necessidade de direitos políticos, pois o essencial estaria garantido, isto é, se seus direitos sociais estavam garantidos, não havia necessidade de direitos políticos para reivindicá-los.

Violência e demagogia

O uso da violência como instrumento de decisão política, passou para o primeiro plano, relegando os processos tradicionais de competição, e onde quer que se abra a perspectiva dessa luta, torna-se imprescindível reforçar a autoridade executiva, única, cujos métodos de ação podem evitar ou impedir que ele assuma a figura e as proporções da guerra civil. (Campos, 1940, p. 41 *apud* Cancelli, 1993, p. 17).

Fazendo parte da repressão, em um seu aspecto mais “suave”, o Estado ditatorial promoveu “o controle sistemático das massas, articulado através de um plano orgânico e racional, de cunho nacionalista” (Carneiro, 1999, p. 333). Queimaram-se livros às centenas, ao mesmo tempo em que se falava da criação de um Brasil moderno e de um novo homem.

As prisões e as torturas não só aniquilaram centenas de militantes democratas como geraram um medo que se entranhava no cotidiano das pessoas – era nisso que o governo apostava para domesticar o povo. Ao lado do medo, a propaganda manipuladora. Além da censura do Departamento de Imprensa e Propaganda, dirigido por Lourival Fontes, havia uma propaganda dirigida às crianças e à juventude e a exaltação das práticas disciplinares. Nesse sentido, o incentivo à educação física foi fundamental. Havia também o culto ao nacionalismo, o enaltecimento da pátria, da nação, encarnada em seu representante máximo, o presidente Getúlio Vargas: ir contra Vargas era ir contra o Brasil. Para propagar essas ideias promoveram-se cerimônias

cívicas e um calendário de comemorações foi criado. Uma das festas mais importantes foi a “Parada da Raça”, que reunia jovens estudantes desde a escola primária, para um desfile civil, pouco antes do 7 de setembro.

O civismo incentivado nas escolas era pura apologia do Estado Novo e de Vargas. Eram distribuídos, entre as crianças, livros com a biografia de Getúlio, retratado como um herói das histórias em quadrinhos, que protegia o povo dos malefícios da anarquia (greves e reivindicações) e do perigo comunista. Isso não só justificava o controle policial e a repressão, como procurava mostrar o “valor” da obediência para uma vida tranquila, garantida pelo “pai dos pobres”. Outra característica importante da ditadura de Vargas é que dispensou os intermediários, quer dizer, a mediação política da sociedade civil: nada de partidos ou organizações políticas. Desde 1935, quando foi criado o programa radiofônico *A hora do Brasil*, através dele, todos os dias, Vargas dirigia-se diretamente ao povo: “Trabalhadores do Brasil!”

Para que se tenha uma pequena ideia do caráter da propaganda durante o Estado Novo, cito o título de alguns artigos da revista do DIP, *Estudos e conferências*. Alguns números foram inteiramente dedicados à juventude e à importância da educação física, como os de dezembro de 1941 e fevereiro de 1942. Mas a tônica era a louvação a Getúlio Vargas. Vejamos alguns exemplos. Artigo no número de julho de 1941, de autoria de Monte Arraes, falava de “Getúlio Vargas, nosso maior reformador político”. O número de agosto de 1941 foi todo dedicado ao ditador: “A significação de Getúlio Vargas” (por Alexandre Marcondes Filho); “Getúlio Vargas e a nova inteligência do Brasil” (por Cassiano Ricardo); “Exaltemos o presidente Getúlio Vargas (por Mário Mello); “O grande chefe” (por Firmino Paz); “A tranquilidade brasileira no panorama da angústia mundial” (por J. S. Maciel Filho). (Vianna, 2016).

No número de maio de 1942 destaque: “O presidente Getúlio Vargas e o Brasil de após 30” (Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque); “O presidente Getúlio Vargas e o ressurgimento da Amazônia” (por Leopoldo Perez). “Getúlio Vargas através de suas virtudes cívicas” (por Jorge Azevedo); “A Getúlio Vargas, a mocidade agradecida” (por Ezequiel Correia de Mello). Isso para citar alguns dos artigos que louvavam diretamente o presidente. (Vianna, 2016).

Como já mencionado, ao mesmo tempo em que usava da demagogia e da propaganda, a ditadura do Estado Novo recorreu sempre à repressão contra aqueles que lhe combatiam.

O repórter David Nasser (1966) narra as torturas na polícia de Filinto Müller, que eram de pleno conhecimento de Getúlio Vargas. Segundo Elizabeth Cancelli, o aparelho policial do governo Vargas vinha sendo cuidadosamente montado desde 1933 (Cancelli, 1993, p. 50), sendo que, já em 1931, Batista Luzardo (político gaúcho que participara do movimento de 1930) trouxera técnicos policiais de Nova York “para organizar o serviço de combate ao comunismo da polícia do Distrito Federal”. (Cancelli, 1993, p. 83) Logo depois da derrota das insurreições de novembro de 1935, começaram as negociações para efetivar a colaboração da polícia brasileira com a Gestapo (Cancelli, 1993, p. 87). Membros da famigerada polícia nazista estiveram

presentes na prisão de Harry Berger e começaram a torturá-lo ainda no carro que o levava à prisão – e à loucura.⁷

O delegado especial de polícia, o capitão Afonso Henrique Miranda Correa recebeu de Heinrich Himler, líder das SS e chefe de Polícia do III Reich, um dos maiores criminosos de guerra nazistas, a ordem de Primeira Classe da Cruz Vermelha. (Cancelli, 1993, p. 90).

Concluindo

Considerar que o Estado Novo consolidou o autoritarismo no país significa que o autoritarismo não era novidade em nossa sociedade. Passamos 400 anos tratando outros seres humanos como se fossem bichos – os escravizados, nos inventários e testamentos, eram listados junto com o gado: semoventes. Uma sociedade desde sempre discriminadora, elitista e conseqüentemente altamente repressora. Os exemplos disso são inúmeros e seria longo citá-los. Depois da escravidão a classe operária foi tratada como grupo inferior – os pés e os braços que serviam a elite no poder, os cérebros. As tentativas não só de subverter a ordem vigente, mas de conseguir melhorias do nível de vida e das condições de trabalho foram sempre brutalmente reprimidas. O que fez o Estado Novo foi consolidar maneiras de pensar e de atuar dos donos do poder, agora cooptando boa parte das classes subalternas para a aceitação da ideologia dominante, através dos benefícios a elas concedidos. E os grupos democráticos que tentavam mudar a situação não foram capazes de criar uma contraideologia que chegasse ao coração das massas e fosse capaz de mobilizá-las.

A repressão e a propaganda fizeram com que qualquer manifestação contrária ao governo, qualquer crítica ao presidente-ditador fosse considerada solerte trama comunista, de traidores da pátria a serviço de Moscou. É inegável, no entanto, que a ditadura estadonovista teve o apoio de grande parte da classe operária e do funcionalismo público. Fazendo um rápido balanço do Estado Novo – sempre levando em conta seu caráter ditatorial e repressivo –, penso que podemos destacar três questões principais durante sua vigência.

A primeira delas foi o avanço qualitativo da industrialização, com a criação de empresas estatais da indústria pesada, como a Companhia Siderúrgica Nacional (1940), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Fábrica Nacional e Motores (1943), a Hidroelétrica do Vale do São Francisco (1945). Penso também que podemos levantar a hipótese de que Vargas pretendia estabelecer no Brasil um capitalismo autárquico, livrando-se da dependência estrangeira, o que talvez ainda fosse possível na década de 1930.

Em seu segundo governo Getúlio continuou seu plano econômico, com a criação, em 1952, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, do Banco do Nordeste e da Petrobrás, em 1953. No entanto, os compromissos políticos,

⁷ Harry Berger, cujo verdadeiro nome era Artur Ewert, era um comunista alemão que viera para o Brasil em 1935, para assessorar Prestes. Em dezembro daquele ano, foi tão barbaramente torturado, que enlouqueceu. O advogado Sobral Pinto, seu defensor, pediu para ele os direitos da lei de proteção aos animais.

a sempre presente conciliação entre os poderosos, impediu o avanço de um capitalismo mais forte e independente, uma vez que não realizou a reforma agrária, deixando o campo, inclusive, sem os benefícios das leis trabalhistas. Os limites do liberalismo brasileiro sempre foram as portas das fábricas, o impedimento de abertura de espaços políticos para atuação da classe operária, o que unia as classes dominantes e impedia, inclusive, maiores avanços econômicos do país, como a reforma agrária.

Uma segunda questão a ser destacada no Estado Novo foi a organização administrativa do país, através do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o que representou um avanço na organização da burocracia estatal.

Em terceiro lugar, está a questão mais discutida e, talvez, de maior importância no período e o que garantiu apoio ao ditador: a legislação trabalhista, já anunciada em 1931, regulamentada e ampliada durante o Estado Novo, e que teve imenso impacto positivo entre os trabalhadores. Estes, desde o início da industrialização, quer dizer, desde o final do século XIX, vinham lutando por obter melhores salários, melhores condições de trabalho, contra a carestia de vida e a adulteração dos gêneros de primeira necessidade, por oito horas diárias de trabalho, moradias decentes e tantas outras necessidades básicas da vida, sempre com muito pouco sucesso e violentamente reprimidos. Vargas, por sua ideologia positivista e por sua demagogia popularesca, concedeu-lhes uma legislação trabalhista que realmente os beneficiou e que os patrões nunca aceitaram de boa vontade. Algumas vezes, inclusive, Getúlio colocou-se contra eles, obrigando-os a cumprir a legislação.⁸

Argumenta-se – e com razão – que, ao lado da melhoria de vida e de condições de trabalho, a repressão foi violenta aos que se negavam a aceitar os ditames do Ministério do Trabalho ou a render homenagens à ditadura. Não havia democracia. No entanto, cabe refletir: o que significou para os operários democracia, em toda a Primeira República? Que democracia deveriam procurar manter contra o Estado Novo? Na década de 1930, que partidos políticos estavam em condições, com programas coerentes, de levar a classe operária à luta, para que, na luta, a classe adquirisse consciência de seus direitos? Por outro lado, a legislação trabalhista varguista, atrelando o movimento operário e sindical ao Ministério do Trabalho, evidentemente não ajudou o fortalecimento das lutas democráticas ou a criação de uma consciência de classe, mas ajudou uma grande parcela dos trabalhadores a viver melhor.

Deve-se discutir também as colocações de Ângela de Castro Gomes (2005) de que Vargas deu – ou fez com que a classe operária assim o sentisse –, dignidade ao trabalho e ao trabalhador, sendo esse aspecto mais importante do que os ganhos materiais. A verdade é que não só os operários, mas várias categorias de trabalhadores, consideraram realmente Getúlio o “pai dos pobres”, seu grande benfeitor. E penso que isso não pode ser atribuído à pura demagogia de um político populista maquiavélico.

⁸ Basta lembrar que com a direita dona do poder, com uma classe operária dispersa, com seus sindicatos desmoralizados, e uma sociedade esgarçada, depois de 21 anos de ditadura, uma das primeiras medidas a ser tomada foi acabar com a legislação trabalhista getulista. Um dos presidentes da FIESP chegou a sugerir, logo depois da deposição de Dilma Rousseff, que se voltassem às 14 horas de trabalho diário.

Vargas foi deposto a 29 de outubro de 1945 pelos mesmos militares que colaboraram com ele na instalação do Estado Novo. E nas eleições de novembro daquele ano o eleito para a Presidência foi o marechal Eurico Gaspar Dutra, não só um dos que ajudou na implantação do Estado Novo, como um dos que depôs Vargas. Mas foi eleito pelo apoio que o ex-ditador lhe deu, e à última hora, vencendo justamente o brigadeiro Eduardo Gomes, da agremiação que juntava os opositores à ditadura do Estado Novo, a União Democrática Nacional (UDN). Seu suicídio, em agosto de 1954, a que foi levado por uma ferrenha oposição à sua política trabalhista e de industrialização, provocou verdadeira convulsão nacional e seus detratores, que pareciam os vencedores do momento, foram obrigados a fugir rapidamente, tendo suas sedes e seus jornais destruídos por uma população enfurecida.

Creio que o apoio – e, muitas vezes, o fascínio próximo à adoração – que Getúlio Vargas conquistou entre a população trabalhadora deveu-se ao desamparo desta, às desigualdades sociais incríveis (e que continuam até hoje), às derrotas e repressões sofridas em décadas de luta. Viram Vargas como um pai protetor, alguém “de cima” que os considerava. A miséria não é boa formadora da consciência de classe. Já dizia Mayakóvski que, com um prego no sapato ferindo-lhe o pé, ninguém poderia pensar em revolução, muito menos em lutar por ela. O povo tinha razões de sobra para revolta, mas nenhum preparo para revolução. Foi presa fácil dos benefícios – não desprezíveis, insisto – que recebeu do governo.

Há muitas questões em relação ao Estado Novo que ainda precisam ser aprofundadas. Por exemplo, não tanto a personalidade de Getúlio, como suas intenções no governo para o desenvolvimento do país. Podemos levantar a hipótese, já referida, de que Vargas pretendia construir uma grande nação, baseada num capitalismo autárquico. Utilizar-se-ia do capital estrangeiro, mas sem depender dele e para isso tentou jogar com os interesses contraditórios dos Estados Unidos e da Alemanha, chegando a estabelecer a política dos marcos compensados com a Alemanha e depois, colocando-se ao lado dos aliados, barganhando com os Estados Unidos um financiamento para a construção de Volta Redonda. Mas havia um grande empecilho para levar tal política adiante: ela mexia com interesses agrários, em especial exportadores, temerosos de retaliações por parte do capital estrangeiro e sem disposição de correr o risco de perder algum lucro em prol do crescimento autônomo do país. De qualquer forma, impossível pensar num desenvolvimento industrial independente de capitais estrangeiros sem a realização da reforma agrária. E a conciliação entre os interesses do capitalismo e da concentração de terras é histórica no país.

Em relação à indústria, podemos lembrar dois exemplos: o da destruição pelos ingleses da fábrica nacional de linhas, de Delmiro Gouveia, e de seu assassinato (Martins, 1963), sem qualquer reação do governo. Outro exemplo é o da política em relação ao movimento operário, que o marechal Hermes da Fonseca, em seu governo (1910-1914), tentou implementar e que se limitou à criação de vilas operárias, mostrando mais uma vez os limites do liberalismo brasileiro. Aliás, o marechal também,

de certa forma, antecipou a política varguista contra as oligarquias, porém, usando oficiais superiores para derrubar oligarquias no Nordeste.

A questão, talvez a mais importante a ser discutida, diz respeito ao comportamento das “massas”, à análise do que lhes move, do que os leva à luta. E esse tema continua a ser da maior atualidade. Seria necessário analisar não só a história do movimento operário, suas lutas e seus fracassos, mas, em especial, o que lhes mobiliza além, evidentemente, da melhoria de sua condição de vida. Mas não será possível discutir esse tema pensando apenas nos aspectos econômicos da luta e nos benefícios materiais alcançados.

Creio que seria preciso aqui acrescentar a importância não só do valor moral – a valorização do trabalhador como um cidadão com plenos direitos –, mas também um componente místico, não enganador (Sampaio, 2002), tão presente na mobilização do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), o grande movimento social brasileiro da atualidade. Getúlio fez uso da mística, mas para seu próprio enaltecimento, com livros, hinos e paradas que ajudaram na construção de seu mito como o pai dos pobres, que cuidava dos trabalhadores, seus filhos, supostamente sua principal preocupação. Refiro-me aqui ao estudo da “mística não mistificadora”, daquela que fala da “esperança socialista de construir aqui na terra uma sociedade igualitária e democrática (Sampaio, 2002). Mas isso já foge ao nosso tema.

Referências

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**: a polícia da Era Vargas. Brasília, DF: Editora UnB, 1993.

CAMPOS, Francisco. **O Estado nacional**: sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o DOPS e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

DELFIN NETO, Antônio. **O problema do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Ministério da Agricultura/Suplan, 1979.

DINIZ, Eli. Empresário, Estado e capitalismo no Brasil, 1930-1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do emprego, dos juros e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

MARTINS, Frederico Magalhães. **Delmiro Gouveia, pioneiro e nacionalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

NASSER, David. **Falta alguém em Nuremberg**: torturas da polícia de Filinto Strubling Müller. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966.

PANDOLFI, Dulce Chaves. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYNSPAN, Mário. **Da revolução de 30 ao golpe de 37**: a depuração das elites. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1987. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6583/794.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. A Mística. *In*: **As imagens e as vozes da despossessão**: a luta pela terra e a cultura emergente do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), 2002. Disponível em: <http://www.landless-voices.org/vieira/archive-05.php?rd=MSTICAOF657&ng=p&sc=3&th=42&se=0> . Acesso em: 10 out. 2023.

VARGAS, Getúlio Dorneles. Discurso na Assembleia Nacional Constituinte, a 15 de julho de 1934. **Arquivo Getúlio Vargas**, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, s/d.

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

VIANNA, Marly de A. G. *Hierarchia e Estudos e conferências*: a direita em revistas. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 167-184, jan./abr. 2016. DOI <http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2016.1.21826>.

VIANNA, Marly de A. G. Rebeliões integralistas – 1938: março e maio. *In*: BARBOSA, Jefferson R.; GONÇALVES, Leandro P.; VIANNA, Marly de A. G.; CUNHA, Paulo. (org.). **Militares e política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

VIANNA, Marly de A. G. Contra o liberalismo e o comunismo: uma democracia autoritária. **Estudos Históricos**. v. 33, n. 71. Rio de Janeiro: FGV, p. 469-488, set./dez, 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942020000300003>. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/81919/78253>. Acesso em: 10 out. 2023.